



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS
PÚBLICAS: demandas no ambiente escolar frente à hegemonia do sistema
capitalista**

ALEXSANDRO DOS SANTOS SILVA

São Cristóvão – SE

2023

ALEXSANDRO DOS SANTOS SILVA

**O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS:
demandas no ambiente escolar frente à hegemonia do sistema capitalista**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS, para fins de obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Maria Cecília Tavares Leite

São Cristóvão – SE

2023

RESUMO

A atuação do(a) assistente social no ambiente escolar é um tópico em ascensão no cenário educacional contemporâneo. A escola, vista como um reflexo microcósmico da sociedade, espelha suas complexidades, desafios e conflitos, indicando a necessidade de uma abordagem multifacetada para responder às demandas dos estudantes e suas famílias. Dentro desse contexto, a figura do(a) assistente social é percebida como uma conexão vital entre as necessidades socioeconômicas, culturais e educacionais dos alunos. O principal objetivo deste estudo foi realizar uma análise crítica e reflexiva sobre o papel do Serviço Social na Educação, enfatizando sua relevância na construção de uma educação mais inclusiva, democrática e qualitativa. Metodologicamente, a pesquisa foi fundamentada em uma extensa revisão bibliográfica para contextualizar e embasar a discussão. Os principais insights da literatura sugerem que o papel do assistente social não deve ser circunscrito apenas às manifestações mais evidentes da questão social. É fundamental que sua atuação englobe as complexidades sociais, culturais e estruturais que permeiam o desenvolvimento e aprendizado dos alunos. A literatura também destaca a relevância da colaboração interprofissional, ressaltando que a expertise do(a) assistente social, em articulação com outros profissionais da educação, pode proporcionar uma visão integral dos desafios educacionais. Em síntese, este trabalho trata sobre a importância interventiva do(a) assistente social no contexto escolar e postula que uma abordagem crítica e reflexiva deste profissional pode ser um pilar para a concretização de uma educação mais equitativa, inclusiva e democrática.

Palavras-Chave: Assistente Social. Educação. Abordagem Crítica. Serviço Social.

ABSTRACT

The role of social workers within the school setting is an emerging topic in the contemporary educational landscape. Schools, being a microcosmic reflection of society, mirror its intricacies, challenges, and conflicts, highlighting the need for a multifaceted approach to address the requirements of students and their families. Within this backdrop, the social worker is viewed as an essential bridge linking the socio-economic, cultural, and educational needs of pupils. The primary aim of this study was to offer a critical and reflective analysis of the role of Social Service in Education, emphasizing its significance in forging a more inclusive, democratic, and qualitative education. Methodologically, the research relied heavily on an exhaustive literature review to provide context and foundation to the discourse. Key insights from the literature suggest that the social worker's role should not be limited merely to the overt manifestations of social issues. Instead, their intervention should encompass the social, cultural, and structural complexities affecting student development and learning. The literature also underscores the importance of interdisciplinary collaboration, positing that the expertise of social workers, when combined with other educational professionals, offers a comprehensive perspective on educational challenges. In essence, this study accentuates the interventional significance of social workers in the educational milieu and advocates that a critical and reflective stance from these professionals can be foundational in realizing a more equitable, inclusive, and democratic education.

Keywords: Social Worker. Inclusive Education. Critical Approach. School Transformation. Social Service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-HISTÓRICA	10
1.1 Origens e Evolução do Serviço Social	10
1.2 Contextualização Histórica	11
1.3 Marcos Teóricos Principais	12
1.4 A Lei 13.935/2019 e o Serviço Social na Educação	15
1.5 O Contexto da Inserção dos Assistentes Sociais na Educação	18
CAPÍTULO 2 - HEGEMONIA CAPITALISTA E O PROJETO EDUCACIONAL: ultra neoliberalismo e neoconservadorismo	21
2.1 Contradições e Transformações: A Educação Brasileira em Contexto	21
2.2 Sociabilidade no sistema capitalista, sociabilidade para a emancipação, uma contra hegemonia	30
2.3 Educação Emancipatória	32
CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO	34
3.1 Análise histórica sobre o serviço social na escola: uma transformação da perspectiva funcionalista para uma abordagem crítica	34
3.2 Trabalho profissional do serviço social na atual conjuntura: enfrentamento do ultra neoliberalismo e neoconservadorismo	35
3.3 Instrumentalidade e mediação: demandas atuais	36
3.4 Dimensão do trabalho profissional: teórico-metodológico, técnico-operativa, ético-política, investigativa, pedagógica?	37
3.5 Trabalho Multidisciplinar	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo aprofundar a análise sobre "O Trabalho do(a) Assistente Social em Escolas Públicas: Demandas no Ambiente Escolar Frente à Hegemonia do Sistema Capitalista". O tema escolhido, delimitado e objeto desta pesquisa reflete a crescente importância do Serviço Social no contexto educacional, em meio a um cenário de constantes mudanças políticas, sociais e econômicas.

A premissa central desta investigação consiste em explorar a contribuição do Serviço Social no contexto educacional, desvelando suas práticas emblemáticas, desafios inerentes e perspectivas para o futuro. Ao empregar a abordagem dialética, o intuito é revelar as contradições e conflitos subjacentes, proporcionando, assim, uma análise crítica do papel do Serviço Social na Educação. O objetivo é que, ao término deste estudo, o leitor adquira uma compreensão abrangente da importância do(a) assistente social no ambiente escolar e de como suas intervenções, moldadas pela compreensão dialética da realidade, desempenham um papel crucial na promoção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade dos estudantes.

Para estabelecer a problemática da pesquisa e suas questões norteadoras em relação ao tema "O Trabalho do(a) Assistente Social em Escolas Públicas: Demandas no Ambiente Escolar Frente à Hegemonia do Sistema Capitalista," é fundamental identificar os desafios e dilemas enfrentados por assistentes sociais atuantes nesse contexto. Abaixo, apresento a problemática central e suas questões norteadoras que englobam: a atuação do (a) assistente social em escolas públicas está intrinsecamente ligada às complexas dinâmicas do sistema capitalista, que impõe desafios específicos relacionados à equidade, inclusão e justiça social no ambiente educacional. Como os (as) assistentes sociais enfrentam essas demandas no contexto escolar, considerando a influência da hegemonia do sistema capitalista e de que maneira suas práticas contribuem para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática?

A atuação do(a) assistente social nas escolas públicas é um elemento essencial no complexo sistema educacional, cujas raízes estão profundamente entrelaçadas com a hegemonia do sistema capitalista. O contexto educacional enfrenta desafios monumentais, desde o acesso igualitário à educação de qualidade até a promoção de valores democráticos em meio a uma sociedade marcada pela desigualdade. Nesse cenário, o trabalho do(a) assistente social se destaca como uma peça fundamental na construção de uma educação inclusiva (SANTOS *et al.*, 2023).

O sistema capitalista, caracterizado pela busca do lucro e pela competição desenfreada, exerce uma influência significativa no ambiente escolar. A desigualdade econômica, a privatização da educação e a comercialização do conhecimento são apenas algumas das manifestações dessa influência. Nesse contexto, o trabalho do(a) assistente social se torna ainda mais vital. Este profissional desempenha um papel crucial na identificação e atendimento das necessidades dos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo que o acesso à educação não seja um privilégio, mas um direito de todos (KLAZURA, 2022; CARDOSO, 2022).

As demandas que o(a) assistente social encontra nas escolas públicas são vastas e multifacetadas. Além de lidar com as questões tradicionais de bem-estar, como a garantia de alimentação e acesso à saúde para os estudantes, eles também desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão de estudantes com necessidades especiais, no combate ao bullying e na prevenção da evasão escolar. Tais demandas muitas vezes exigem uma compreensão profunda das estruturas sociais e econômicas que permeiam a vida dos estudantes, bem como uma abordagem sensível e empática (DENTZ *et al.*, 2017)

A abordagem dialética, proposta por Georg Lukács, oferece uma lente valiosa para analisar essa complexa realidade. Ele nos permite compreender as contradições inerentes ao sistema capitalista, que muitas vezes acentuam as desigualdades no ambiente escolar. Sob a perspectiva dialética, o(a) assistente social pode enxergar além das aparências e das causas superficiais dos problemas, buscando soluções que ataquem as raízes estruturais da desigualdade (SANTOS; PEREIRA; VON DENTZ, 2022).

A atuação do(a) assistente social, moldada por uma compreensão dialética da realidade, é um farol de esperança no ambiente escolar. Suas intervenções não apenas abordam as necessidades imediatas dos estudantes, mas também promovem mudanças sistêmicas que visam criar uma educação mais justa e igualitária. Ao fomentar a inclusão, a equidade e a valorização da diversidade, os(as) assistentes sociais desafiam a hegemonia do sistema capitalista no âmbito educacional, criando um espaço onde todos os estudantes podem prosperar, independentemente de suas origens ou circunstâncias socioeconômicas (FÉRRIZ, 2019; BARBOSA, 2019).

O trabalho do(a) assistente social em escolas públicas é um elo essencial na cadeia de esforços para enfrentar as demandas do ambiente escolar sob a hegemonia do sistema capitalista. Este profissional desempenha um papel vital na busca por uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, enquanto navega pelas complexas águas da desigualdade. Com

uma abordagem dialética e um compromisso inabalável com a justiça social, os(as) assistentes sociais estão na vanguarda da luta por uma educação que verdadeiramente valorize a diversidade e a equidade (SANTOS *et al.*, 2023).

Este estudo tem como objetivo geral analisar o trabalho do(a) assistente social em escolas públicas e suas respostas às demandas do ambiente escolar sob a influência da hegemonia do sistema capitalista. Buscando compreender como o(a) assistente social contribui para a promoção da inclusão, equidade e justiça social no contexto educacional, considerando os desafios impostos pelo sistema capitalista.

No tocante aos objetivos específicos, buscou-se: analisar as funções e intervenções específicas desempenhadas pelo(a) assistente social em escolas públicas, identificando como essas atividades se relacionam com as demandas do sistema capitalista; investigar de que maneira a hegemonia do sistema capitalista impacta o acesso à educação de qualidade e a equidade no ambiente escolar, enfocando o papel do(a) assistente social na mitigação desses impactos; identificar os principais desafios enfrentados pelos(as) assistentes sociais ao lidar com estudantes provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica no contexto escolar; Avaliar as intervenções do(a) assistente social e como elas contribuem para a promoção da inclusão e da justiça social no ambiente escolar, especialmente no que se refere à diversidade de estudantes. Explorar as estratégias e abordagens que o(a) assistente social pode adotar para enfrentar as contradições entre as demandas do sistema capitalista e o ideal de uma educação inclusiva e democrática.

A escolha do tema "O Trabalho do(a) Assistente Social em Escolas Públicas: Demandas no Ambiente Escolar Frente à Hegemonia do Sistema Capitalista" se justifica pela crescente necessidade de entender e aprimorar o papel do Serviço Social na educação, considerando o contexto desafiador do sistema capitalista. O sistema educacional é um pilar fundamental da sociedade e desempenha um papel significativo na formação de cidadãos.

As desigualdades socioeconômicas são acentuadas pelo sistema capitalista e têm implicações diretas na educação. Este estudo aborda como o assistente social pode atuar sobre essas desigualdades, tornando-o relevante no contexto atual. O acesso à educação de qualidade é um direito humano fundamental. A pesquisa nesta área é necessária para garantir que os direitos de todos os estudantes sejam respeitados. O trabalho do(a) assistente social nas escolas públicas têm um impacto direto na vida de estudantes e suas famílias.

Este estudo empregou uma abordagem metodológica de pesquisa qualitativa, enriquecida pela perspectiva dialética de Georg Lukács. Os procedimentos adotados incluíram

uma revisão bibliográfica ampla e detalhada, coleta de dados qualitativos por meio de análise de documentos relevantes que permitiu explorar de forma abrangente as complexas questões relacionadas ao tema e oferecer dados importantes para a prática do(a) assistente social nas escolas públicas em um contexto de hegemonia do sistema capitalista.

O trabalho está estruturado em segmentos que fornecem uma visão abrangente e aprofundada do tema. No Capítulo I - Serviço Social na Educação: Uma Perspectiva Teórico-Histórica, este capítulo traça a trajetória histórica do Serviço Social na educação. Ele examina as origens do Serviço Social, sua contextualização histórica, marcos teóricos principais e tendências ao longo do tempo. Além disso, o capítulo destaca a inserção do Serviço Social na educação, bem como os desafios atuais e perspectivas futuras para o profissional. Essa análise histórica e teórica fornece uma base para compreender o papel do(a) assistente social no contexto educacional.

No Capítulo 2 - Hegemonia Capitalista e o Projeto Educacional: Ultra Neoliberalismo e Neoconservadorismo, investiga como a hegemonia do sistema capitalista influencia o projeto educacional, particularmente no contexto brasileiro. São exploradas as contradições e transformações na educação do país, destacando a busca por uma sociabilidade emancipatória. A ênfase recai na importância da educação emancipatória como uma alternativa às influências ultra neoliberais e neoconservadoras. Esse capítulo contextualiza as forças que moldam o ambiente educacional e acentua a necessidade de uma abordagem crítica na análise.

O Capítulo 3 - O Trabalho do Assistente Social na Educação se concentra nas práticas do(a) assistente social nas escolas públicas. Ele inicia com uma análise histórica da transformação do Serviço Social na escola, passando de uma perspectiva funcionalista para uma abordagem mais crítica. Em seguida, aborda o trabalho profissional do(a) assistente social na atual conjuntura, enfatizando a resposta aos desafios do ultra neoliberalismo e neoconservadorismo. O capítulo também discute a instrumentalidade e mediação nas demandas atuais, bem como as diferentes dimensões do trabalho profissional, como a teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política, investigativa e pedagógica. A multidisciplinaridade do trabalho é ressaltada como um elemento essencial.

Cada capítulo contribui para a compreensão abrangente do tema, fornecendo uma análise histórica e teórica das práticas do(a) assistente social em escolas públicas sob a influência da hegemonia do sistema capitalista. A abordagem permite uma análise crítica do papel do(a) assistente social no contexto educacional e das respostas necessárias para enfrentar os desafios atuais.

CAPÍTULO I: SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-HISTÓRICA

O universo do Serviço Social, complexo e multifacetado, carrega consigo um rico arcabouço de histórias, desafios e evoluções. Mergulhando nas raízes dessa profissão, podemos perceber a sua estreita conexão com os movimentos sociais e as lutas por justiça e equidade. Desde os seus primórdios, o Serviço Social não só tem respondido às exigências de sua época, mas também tem sido um agente de mudança, almejando uma sociedade mais justa e inclusiva. Na esfera da educação, seu papel torna-se ainda mais relevante, pois é aqui que se plantam as sementes do futuro, onde jovens são formados e onde as desigualdades podem ser mais prontamente identificadas e abordadas. Este capítulo versa sobre a trajetória teórico-histórica do Serviço Social, com ênfase no seu papel na educação. Através de uma análise histórica, procuraremos desvendar os principais marcos que influenciaram e delinearam a sua atuação, oferecendo uma base sólida para compreender a sua importância e os desafios contemporâneos que enfrenta no cenário educacional atual.

1.1 Origens e Evolução do Serviço Social

A história do Serviço Social como profissão remonta às primeiras décadas do século XX. Conforme Iamamoto e Carvalho (1982), o Serviço Social surgiu como uma resposta às contradições do capitalismo, buscando intervir nas expressões da "questão social" por meio de ações de caráter assistencialista. O desenvolvimento do Serviço Social foi profundamente influenciado pelo contexto sociopolítico e econômico de cada época. Durante seus primeiros anos, a profissão era marcadamente influenciada pelo pensamento conservador e pela doutrina social da Igreja Católica (Baptista, 1999). No entanto, a partir da década de 1960, o Serviço Social brasileiro começou a experimentar uma renovação teórica e prática.

Este movimento de reconceitualização, como é conhecido, levou a uma crítica das práticas tradicionais e à adoção de referenciais teóricos mais críticos, particularmente o materialismo histórico-dialético (Netto, 1996). A emergência de movimentos sociais e a luta contra a ditadura militar no Brasil também desempenharam um papel crucial na redefinição do papel e das práticas dos assistentes sociais durante este período.

Nos anos subsequentes, a profissão continuou a sua trajetória, consolidando seu compromisso com os direitos humanos, a democracia e a justiça social. O Código de Ética de 1993 é um marco nessa trajetória, ao afirmar os princípios fundamentais do Serviço Social e sua adesão a um projeto ético-político crítico (CFESS, 1993). Desde então, os(as) assistentes sociais têm se esforçado para combater as desigualdades e injustiças em diversas frentes, desde a política social até os movimentos sociais e populares. A trajetória do Serviço Social, portanto, é uma história de luta e comprometimento com a transformação social. Em meio a desafios e adversidades, a profissão tem buscado constantemente reafirmar sua relevância e contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.2 Contextualização Histórica

O surgimento do Serviço Social como profissão formal não ocorreu isoladamente, mas foi profundamente influenciado pelo contexto socioeconômico e político da época. Durante o início do século XX, o mundo experimentou profundas transformações relacionadas à expansão capitalista, à urbanização acelerada e à emergência de novas formas de organização social e política (IAMAMOTO, 2001). Em meio a tais mudanças, muitos países, incluindo o Brasil, enfrentaram desafios significativos relacionados às crescentes desigualdades sociais, à instabilidade econômica e à marginalização de grandes segmentos da população. Segundo Iamamoto (2001), foi neste contexto que o Serviço Social emergiu, inicialmente, como uma tentativa de responder às crescentes demandas sociais por meio de iniciativas filantrópicas e assistenciais.

Muitas dessas primeiras intervenções estavam enraizadas em abordagens caritativas, frequentemente associadas à Igreja Católica e a outras organizações religiosas. No entanto, com o tempo, a necessidade de uma abordagem mais sistemática e profissionalizada tornou-se evidente. As crescentes tensões sociais, os movimentos trabalhistas e as lutas por direitos colocaram em destaque a necessidade de uma intervenção mais estruturada teoricamente e metodologicamente (IAMAMOTO, 2001).

Como destaca Machado (2022), a constituição do Serviço Social como profissão está intrinsecamente ligada à compreensão e ao enfrentamento das expressões da "questão social". Estas expressões, marcadas por desigualdades, exclusões e conflitos, requerem profissionais capacitados para entender e intervir nessa realidade complexa e contraditória. Nesse sentido, o Serviço Social começou a se distanciar de suas raízes caritativas e a incorporar referenciais teóricos mais críticos, que permitiam uma análise mais profunda da realidade social. Portanto, o

nascimento do Serviço Social não pode ser compreendido sem considerar o cenário socioeconômico e político que lhe deu origem. Foi uma resposta necessária às demandas sociais de uma época, articulando-se ao longo do tempo em sintonia com as transformações da sociedade.

1.3 Marcos Teóricos Principais

Ao longo de sua trajetória, o Serviço Social foi influenciado por distintas correntes teóricas que ajudaram a construir sua intervenção profissional. Um dos marcos teóricos mais influentes foi o desenvolvimento do pensamento crítico, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, que rejeitava as abordagens mais tradicionais e conservadoras em favor de uma visão mais radical e transformadora (NETTO, 1996).

A partir de 1964 começou o golpe dos militares e o Governo Federal passou a se apresentar sob repressão ideológica e agressiva. E todos aqueles que iam de encontro com ideal burguês sofriam grande repressão violenta, física e moral, fazendo muitas pessoas fossem mortas, ou outros exilados (NETTO, 2005). Era nesse cenário que o Serviço Social estava inserido para responder às novas demandas sociais, sendo nesse momento a profissão se apresentava reproduzindo as formas tradicionais do início da profissão, assistencialista e conservadora, reforçada pela autocracia burguesa. Isso significa que na prática os(as) assistentes sociais eram submissos e atuavam apenas na execução das políticas sociais com o propósito apenas de manter a ordem e o controle social para atuação do Estado agressivo e repressivo.

Diante desse contexto e ciente que o Serviço Social está conectado diretamente aos processos que correm na sociedade que são históricos e para observar esses processos é necessário perspectiva teórica a qual vai direcionar o fazer e o agir profissional.

“Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”.”(Netto, 2005. p. 123)

Diante dessa contextualização histórica, Netto (2005) esclareceu que o mercado de trabalho para o assistente social demandava postura moderna para atender as exigências de uma racionalidade burocrática- administrativa que se apresentava em meio a modernização conservadora. Assim, mudanças práticas ocorreram na formação do profissional do Serviço

Social nas universidades, interagindo com outras disciplinas da ciência Social como Psicologia, Antropologia e Sociologia, provocando uma postura crítica para seus fundamentos.

A partir daí, surgiu o processo de renovação do Serviço Social que trouxe no seu bojo questionamentos sobre tradição e conservadorismo provocados pela *autocracia burguesa*, apesar do desgaste do Serviço Social tradicional já vinha no processo longo de reconfiguração teórico e prático profissional até alcance da intenção de ruptura. Foi a partir da década de 60 e com o golpe de 64, iniciou a problematização do exercício profissional, dando efetivo início ao período de renovação da profissão.

“[...] Instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gastarem alternativas às práticas e as concepções profissionais que ela demandava.” (NETTO, 2006, p.129)

E ainda, Netto nos apresenta três vertentes do processo de renovação do Serviço, os quais direcionam o Serviço Social no processo de renovação do Serviço Social. A primeira é chamada de perspectiva modernizadora que surge durante a crise do tradicionalismo da profissão. Essa perspectiva é a tentativa de adaptar o Serviço Social a novas exigências postas pelos processos-sócios políticos no período pós-64. Os documentos fundamentais foram o Seminário de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) organizados pelo CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). A segunda perspectiva nomeada de reatualização do conservadorismo é apresentada por Netto (2011) como sendo a que recupera traços da atuação profissional vinculados ao pensamento católico tradicional, mas com uma nova “roupagem”.

Com as bases inspiradas na fenomenológica, o perfil profissional expressava-se em padrões totalmente tradicionais e conservadores e o exercício do Serviço Social era sustentado pela ajuda psicossocial do indivíduo. E a terceira e última perspectiva chamada de processo de renovação do Serviço Social é a intenção de ruptura. A mais importante devido provocar uma mudança radical com objetivo romper com o Serviço Social tradicional, propondo ruptura de seus procedimentos metodológicos, ideológicos e teóricos, com o seu conservadorismo, a tradição positivista. Esta perspectiva recorre ao pensamento marxista, que era tida de forma progressiva na sociedade.

O marxismo, como assinala Netto (1996), tornou-se uma referência central para muitos profissionais do Serviço Social que buscavam não apenas entender, mas transformar a realidade social. A crítica marxista ao capitalismo e sua ênfase nas relações de classe proporcionaram ferramentas valiosas para analisar a sociedade e identificar as raízes estruturais das

desigualdades. Além do marxismo, o Serviço Social também foi influenciado por outras correntes teóricas, tais como o funcionalismo e a teoria sistêmica, especialmente em suas fases iniciais. No entanto, foi a guinada crítica, com seu compromisso com a emancipação e a justiça social, que redefiniu a profissão e estabeleceu o que hoje entendemos como o projeto ético-político do Serviço Social.

José Paulo Netto, em sua obra *Capitalismo monopolista e serviço social*, oferece uma análise da relação entre a evolução do capitalismo e as transformações no Serviço Social. Segundo Netto (1996), o surgimento do capitalismo monopolista, com suas especificidades e desafios, exigiu uma redefinição no modo como o Serviço Social entendia e intervém na "questão social". Esta redefinição se deu através do aprofundamento das bases teórico-metodológicas, com especial ênfase no marxismo.

Em suma, os marcos teóricos do Serviço Social não são estáticos; eles evoluíram em resposta às mudanças na sociedade e refletem os desafios e aspirações de cada época. Netto (1996) destaca a importância de compreender esses marcos no contexto das transformações do capitalismo para entender a natureza e os objetivos da intervenção social.

O Serviço Social, como profissão inserida no seio das dinâmicas sociais, experimentou várias transformações desde sua concepção, adaptando-se e redefinindo-se em resposta aos desafios emergentes. Maria Carmelita Yazbek, em sua obra *Classes subalternas e assistência social*, oferece um panorama sobre a evolução do Serviço Social e seu relacionamento com as classes subalternas (Yazbek, 2003).

Historicamente, o Serviço Social emergiu como uma resposta à crescente "questão social" derivada das contradições do capitalismo industrial e da urbanização acelerada. Durante as primeiras décadas do século XX, a profissão estava fortemente ancorada em preceitos morais e caritativos, focando em assistência direta aos mais vulneráveis. No entanto, a partir da década de 1960 e 1970, impulsionada por movimentos sociais e teorias críticas, houve uma reorientação significativa. A profissão começou a se distanciar de práticas paternalistas e a adotar uma postura mais crítica e transformadora (YAZBEK, 2003).

Esta transição refletiu uma compreensão mais aprofundada das relações de classe e da natureza estrutural da "questão social". Yazbek (2003) argumenta que o Serviço Social, em sua trajetória, começou a reconhecer a importância de trabalhar não apenas em benefício das classes subalternas, mas em conjunto com elas, buscando a emancipação e a transformação social.

Ao entrar no século XXI, a profissão enfrenta novos desafios, como o avanço do neoliberalismo, a precarização do trabalho e a crise dos sistemas de bem-estar social. Neste contexto, o Serviço Social teve que reavaliar suas estratégias e metodologias, buscando inovações e práticas que estivessem alinhadas com as demandas emergentes e os direitos das populações atendidas. Em síntese, a trajetória do Serviço Social revela uma profissão em constante movimento, em resposta às mudanças sociais e políticas. Yazbek (2003) destaca a necessidade contínua de reflexão crítica e engajamento para garantir que a profissão permaneça comprometida com a justiça social e a transformação.

1.4 A Lei 13.935/2019 e o Serviço Social na Educação

Com a promulgação da Lei 13.935/2019, os profissionais do Serviço Social encontram um renovado campo de atuação: as escolas públicas da Educação Básica. Esta lei, promulgada em dezembro de 2019, garante a presença de Psicólogos e Assistentes Sociais nas instituições de Ensino Básico, com o propósito de atender às necessidades e prioridades delineadas pelas políticas de educação. Estes profissionais operam em equipes multiprofissionais com a intenção de desenvolver estratégias que amplificam a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

O ambiente escolar não é apenas um local de ensino, mas também um espaço onde as dinâmicas sociais ocorrem, frequentemente caracterizado por tensões e conflitos. Ao analisarmos o papel do(a) assistente social, é evidente que seu foco não é apenas atender às demandas imediatas, mas também enfrentar as estruturas de dominação-exploração-opressão, conforme delineado pelo Código de Ética Profissional. A formação política e a consciência crítica são fundamentais, promovendo uma consciência social e política nos indivíduos e conduzindo-os para uma nova sociabilidade.

Essa concepção da formação política do Serviço Social, fica evidente se observado próprio pressupostos norteadores da concepção de formação profissional na revisão curricular, o qual informa que o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. E ainda, a relação do Serviço Social com a questão social é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho e o processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da

questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais.

É inegável que os profissionais de Serviço Social enfrentam desafios substanciais. Eles devem atuar em consonância com um projeto ético-político que pressupõe uma concepção de educação emancipadora, buscando promover a autonomia e a consciência social dos indivíduos. Com a recente legislação, surge a necessidade de um debate sobre a contribuição destes profissionais para uma educação integral e emancipatória, considerando também as pressões político-econômicas exercidas pelo neoliberalismo e a lógica capitalista.

A temática da atuação de assistentes sociais em escolas é pouco explorada academicamente. Esse cenário traz a oportunidade para discutir as novas demandas que surgirão, buscando evitar uma mera adaptação à lógica educacional que apenas prepara os indivíduos para serem cidadãos produtivos no sistema capitalista. Ponderando sobre a educação no Brasil, entendida como um direito fundamental, e reconhecendo os desafios persistentes de desigualdade social e precariedade nos serviços, a incorporação de profissionais de Serviço Social em ambientes escolares pode ser um avanço significativo.

A instrumentalidade é uma ferramenta essencial para os profissionais de Serviço Social, permitindo alinhar suas ações às demandas cotidianas, promovendo mudanças tanto a nível estrutural quanto nas relações interpessoais. Uma compreensão dialética da realidade, considerando todas as suas nuances e complexidades, é fundamental para isso.

O materialismo histórico-dialético, como proposto por Marx, oferece uma base sólida para investigar a realidade social, destacando a natureza dinâmica e contraditória da realidade. A dialética, enquanto metodologia, nos guia para uma melhor compreensão deste método investigativo e científico. Esta abordagem se compromete a transformar a realidade que circunda os indivíduos, buscando interpretar a realidade e fornecer bases teóricas consistentes para sua transformação.

As principais obras consultadas incluem as concepções de Gramsci sobre a educação, percebida como um processo cultural e político integral e igualitário, e "Educação Para além do capital" de István Mészáros. Também recorreremos à obra de Eveline Algebaile para entender a escola pública no Brasil. No que tange ao trabalho profissional do Serviço Social, as obras de Yolanda Guerra, Marilda Iamamoto e o Código de Ética, entre outras, foram fundamentais para identificar as possibilidades de atuação profissional diante das demandas da comunidade escolar, especialmente no contexto da escola pública brasileira de educação básica.

Especificamente sobre a atuação do serviço social na educação/escolas, elucidando as expressões da questão social e as contradições da relação social no cenário educacional, autoras como Sarita Amaro ("Serviço social em escolas: Fundamentos, processos e desafios"), Andréia Lucena de Gois Nascimento ("Serviço social e educação: uma análise sob a perspectiva do projeto ético-político da profissão") e André Michel dos Santos ("Serviço social na educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais") foram essenciais para o diálogo neste estudo.

O levantamento bibliográfico foi essencial para fundamentar a discussão proposta por este trabalho e para embasar as problematizações. A análise e a interpretação dos dados qualitativos foram realizadas à luz do referencial teórico-metodológico que deu suporte ao estudo, isto é, o materialismo histórico-dialético como método. O entrelaçamento entre a educação e o serviço social, nesse cenário, torna-se uma via fundamental para promover a emancipação humana. Segundo Gramsci (1971), a educação não é apenas um mecanismo de transmissão de conhecimento, mas também um instrumento político e cultural que pode ser utilizado para reforçar ou desafiar as estruturas de poder existentes. Daí a necessidade de uma prática educativa voltada para a emancipação, que seja reflexiva e crítica, que capacite os estudantes a entenderem e transformarem sua realidade.

É dentro deste panorama que o papel do(a) assistente social se destaca, funcionando como uma ponte entre a escola e a comunidade. Ele não só compreende os desafios socioeconômicos que muitos estudantes enfrentam, mas também tem as ferramentas e a formação necessárias para abordar esses desafios de forma eficaz. Segundo Iamamoto (2003), o(a) assistente social deve estar atento à "singularidade e totalidade" das situações, entendendo o indivíduo dentro do contexto mais amplo da sociedade e buscando soluções que sejam tanto imediatas quanto estruturais.

A relação entre escola e comunidade é repleta de potencialidades, mas também de desafios. As escolas públicas, em particular, estão no epicentro das tensões sociais, refletindo e ao mesmo tempo, sendo influenciadas por elas. Algebaile (2007) em seus estudos destaca a necessidade de entender a escola pública não apenas como uma instituição de ensino, mas também como um espaço de luta e resistência, onde diferentes grupos sociais buscam afirmar seus direitos e visões de mundo.

Compreender as expressões da questão social no ambiente escolar é fundamental para uma intervenção eficaz. Amaro (2009) sublinha a importância de entender como as desigualdades socioeconômicas se manifestam no ambiente escolar e afetam tanto o acesso

quanto a qualidade da educação. Nascimento (2011) e Santos (2012) vão mais longe, argumentando que a atuação do serviço social na educação não pode ser reduzida a uma série de intervenções pontuais; ela deve ser vista como parte de um projeto ético-político mais amplo que busca a transformação social.

A abordagem metodológica baseada no materialismo histórico-dialético proporciona uma visão crítica e contextualizada dessas questões. Como Mészáros (2005) aponta, a educação não pode ser separada das relações de produção e das estruturas de poder da sociedade. Portanto, qualquer tentativa de promover a emancipação através da educação deve ser informada por uma compreensão profunda dessas relações e estruturas. Em resumo, o diálogo entre a educação e o serviço social é essencial para promover uma prática educativa voltada para a emancipação humana. Através da colaboração e da compreensão mútua, é possível construir uma educação que não apenas transfere conhecimento, mas que capacita os estudantes a transformarem sua realidade e a sociedade à sua volta.

1.5 O Contexto da Inserção dos Assistentes Sociais na Educação

Ao longo das últimas décadas, o ambiente educativo passou a enfrentar complexidades crescentes, refletindo as dinâmicas multifacetadas da sociedade contemporânea. A presença do assistente social no contexto educativo não surge de um vácuo, mas é consequência de uma necessidade latente de abordar questões sociais que se interligam diretamente com o processo educacional. Rosângela de Carvalho, em seu artigo "Serviço Social na educação: um novo campo de atuação", delimita esse panorama de forma clara (CARVALHO, 2007).

Com a ascensão de desigualdades sociais e econômicas, a escola, enquanto instituição, passou a ser um espaço não apenas de aprendizagem acadêmica, mas também um território onde conflitos, demandas sociais e desafios de diferentes naturezas emergem. A escola torna-se, assim, um microcosmo da sociedade, refletindo suas tensões e problemas (SILVA, 2003). Neste cenário, o assistente social emerge como um profissional essencial para mediar, compreender e atuar diante dessas demandas, que vão além das capacidades tradicionais do corpo docente.

A inserção do assistente social no ambiente educativo também se relaciona com a própria reconceitualização do direito à educação. Se, anteriormente, a educação era vista apenas como transmissão de conteúdo, agora, sob um olhar mais amplo e holístico, ela passa a ser compreendida como um processo que engloba o bem-estar integral do estudante. Isso inclui não apenas a assimilação de conhecimento, mas também a saúde mental, o ambiente familiar,

as relações interpessoais e outros fatores socioemocionais que influenciam no processo educativo (CARVALHO, 2007).

Assim, o papel do assistente social torna-se fundamental para garantir que a educação seja realmente inclusiva e equitativa, trabalhando para identificar e superar barreiras que impedem o pleno desenvolvimento do estudante. A integração desse profissional no cenário educativo é uma resposta concreta e necessária às demandas de uma sociedade em constante transformação.

A intervenção do Serviço Social no ambiente educacional possui implicações profundas e extensivas, não apenas em relação aos alunos, mas também em relação à comunidade escolar como um todo. A obra de Maria Lúcia Martinelli, "Serviço social: identidade e alienação", oferece um panorama crítico sobre a identidade profissional do assistente social e destaca a importância de sua atuação em diferentes campos, incluindo o educativo (MARTINELLI, 1997).

Uma das contribuições mais evidentes do assistente social no ambiente escolar é a identificação e o enfrentamento das problemáticas sociais que interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem. Isso inclui questões como evasão escolar, violência, conflitos familiares, drogadição, gravidez na adolescência, entre outras situações que exigem uma intervenção especializada. Por meio de seu olhar crítico e capacitado, o assistente social elabora estratégias de intervenção e cria pontes com outros serviços, no âmbito da intersetorialidade, como os da saúde, assistência e justiça (MARTINELLI, 1997).

Além disso, o assistente social atua de maneira preventiva, promovendo ações e programas de conscientização, workshops e palestras sobre temas pertinentes ao cotidiano dos alunos e alunas. Essa ação preventiva visa não apenas resolver problemas já existentes, mas principalmente impedir que eles surjam ou se intensifiquem. Outra contribuição significativa está relacionada à inclusão. O assistente social desempenha um papel fundamental na integração de alunos com deficiência, migrantes, refugiados e outros grupos vulneráveis, garantindo que suas necessidades sejam atendidas e que seus direitos sejam respeitados.

A presença desse profissional também fortalece a relação entre escola e família. Por meio de reuniões, visitas domiciliares e acompanhamento contínuo, os assistentes sociais promovem uma parceria mais eficaz com os pais ou responsáveis, visando o bem-estar e desenvolvimento pleno do aluno. Em resumo, o impacto do Serviço Social no ambiente escolar é notável, pois ele humaniza, integra e transforma, garantindo uma educação verdadeiramente integral e atenta às nuances e desafios do contexto social.

A interseção do Serviço Social com a Educação no Brasil enfrenta uma série de desafios que exigem reflexão e ação contínua. Aguiar e Ozai, em sua análise sobre os desafios e perspectivas do Serviço Social brasileiro, delineiam o cenário que também se aplica ao contexto educacional (AGUIAR & OZAI, 2007). Um dos desafios centrais é a precarização das condições de trabalho do assistente social. Frequentemente, esses profissionais são submetidos a cargas horárias extensivas, com recursos limitados e falta de reconhecimento por sua atuação. Essas condições adversas podem afetar a qualidade das intervenções e o alcance dos resultados esperados.

Outro obstáculo é a necessidade de constante atualização frente às mudanças sociais e tecnológicas. A crescente diversidade cultural nas escolas, a presença de novas tecnologias e a transformação das dinâmicas familiares requerem dos assistentes sociais uma capacidade adaptativa e uma formação contínua. O ambiente escolar também é marcado por conflitos, resistências e desafios burocráticos. A inserção do assistente social demanda um esforço de diálogo com educadores, gestores e famílias, para que sua atuação seja compreendida e valorizada, e não vista apenas como uma intervenção pontual. Do ponto de vista das perspectivas, a crescente percepção da relevância do Serviço Social na Educação abre portas para uma atuação mais estratégica e integrada. Existe uma tendência de compreender a escola não apenas como um espaço de ensino, mas como um território de interações sociais complexas que demandam um olhar especializado.

É esperado que, com o reconhecimento e valorização da profissão, surjam políticas públicas mais robustas de inserção do Serviço Social nas escolas. Isso pode incluir formação específica, criação de núcleos de atendimento e programas de intervenção mais estruturados. Por fim, a interseção entre Serviço Social e Educação tem um horizonte promissor, desde que os desafios sejam enfrentados com determinação e que haja investimento na formação e valorização do assistente social.

CAPÍTULO 2 - HEGEMONIA CAPITALISTA E O PROJETO EDUCACIONAL: ultra neoliberalismo e neoconservadorismo

O cenário global contemporâneo é caracterizado por uma crescente influência do capitalismo em diversas esferas da vida social e a educação não está imune a esse fenômeno. Neste capítulo, exploraremos a intersecção entre a hegemonia capitalista e o projeto educacional, dando ênfase às vertentes do ultra neoliberalismo e neoconservadorismo. Analisaremos como essas correntes ideológicas influenciam as políticas educacionais, a prática pedagógica e a percepção da educação como mercadoria. Ademais, buscaremos compreender as implicações dessa hegemonia para a formação de cidadãos e para a construção de uma sociedade democrática e justa. Através deste panorama, pretendemos desvendar as complexidades e desafios que a educação enfrenta no contexto capitalista e os caminhos para uma prática educativa crítica e emancipadora.

2.1 Contradições e Transformações: A Educação Brasileira em Contexto

O entendimento da relação entre Serviço Social e as contradições inerentes às dinâmicas de produção e reprodução da sociedade capitalista é fundamental para compreender a profissão em sua profundidade. O Serviço Social, ao longo de sua história, tem se posicionado e respondido às demandas e desafios postos por tais contradições.

Em meio a essas contradições, surge a noção de hegemonia, profundamente arraigada na tradição marxista. A hegemonia se refere à dominação ideológica e cultural de uma classe sobre as demais na sociedade, onde certas ideias e práticas são normalizadas e aceitas. É nesse contexto que Antônio Gramsci destaca-se ao oferecer uma interpretação rica e complexa sobre o conceito. Ele argumenta que o poder não é exercido apenas pela força, mas também através da liderança cultural e moral. Como afirmou Marx, "os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (MARX, 2012, p. 40).

Desse modo, é importante reconhecer a distinção que Gramsci faz entre a estrutura econômica e a superestrutura. Ao invés de uma relação unilateral, Gramsci enfatiza o papel ativo das superestruturas - incluindo instituições culturais, políticas e ideológicas - na

moldagem da sociedade. Como ele observa, a sociedade civil e a sociedade política, ou Estado, são dois grandes 'planos' superestruturais que atuam de forma inter-relacionada (GRAMSCI, 2007a, p. 21).

No cerne do sistema capitalista está a incessante busca pelo lucro e pela acumulação. Neste sistema, há uma clara divisão e contradição entre aqueles que detêm os meios de produção, os capitalistas, e aqueles que vendem sua força de trabalho, os proletários. Essa divisão é fundamental para o funcionamento do capitalismo, pois, como coloca Iamamoto, "o homem precisa produzir seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, sem os meios de subsistência" (IAMAMOTO, 2014, p. 45).

Esta reflexão serve como pano de fundo para entender a posição e a importância do Serviço Social dentro dessa complexa teia de relações de poder e produção. O desafio reside em como a profissão pode agir de forma crítica e emancipatória em um contexto marcado por profundas desigualdades e contradições. A escola, enquanto parte integral da esfera de reprodução social, não está imune a essa estrutura socioeconômica e política. A educação se molda para preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, para perpetuar o capitalismo, cultivando consumidores dotados de mentalidades e poderes aquisitivos compatíveis.

Conforme Azevedo (2004), as políticas educacionais dos anos 1990 visavam, por meio da escolarização, fomentar a economia dos países. Elas refletiam a influência do paradigma neoliberal, que enfraqueceu a burocracia estatal e privilegiou o mercado. No Brasil, essa década testemunhou intensas reformas educacionais, impulsionadas por diretrizes econômicas internacionais.

As metas educacionais brasileiras deste período ecoaram o compromisso do país frente à Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, 1990, culminando no Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Esta fase da história política brasileira foi fortemente influenciada pelo cenário global, especialmente durante o processo de redemocratização. Normas legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e a Constituição Federal de 1988, serviram como marcos regulatórios do processo educacional brasileiro. Os discursos políticos proferidos pelos governos e as ações articuladas nos programas e planos educacionais do período revelavam uma preocupação com os índices existentes. O objetivo era alcançar uma padronização mínima de qualidade, em consonância com a conjuntura política, especialmente no início dos anos 1990.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) tornou-se presidente do Brasil. Ele manteve a política econômica iniciada na década de 1990, enfatizando a abertura às exportações, o programa de privatizações e outras medidas que visavam à integração do país na economia globalizada. Com a estabilidade proporcionada pelo Plano Real, o governo de FHC implementou reformas para modernizar o Estado¹. As políticas desse período foram centradas na descentralização e na privatização, adotando preceitos neoliberais. Na esfera educacional, as ações estavam alinhadas com os objetivos da Conferência Mundial de Educação de Jomtien, enfatizando uma educação voltada para um mercado dinâmico e globalizado.

Durante o governo de FHC, as ideias educacionais foram consolidadas em dois documentos: *Mãos à obra, Brasil* e *Planejamento Político Estratégico*². O primeiro destacava que a descentralização demandava uma revisão das atribuições governamentais, repercutindo na formulação de políticas educacionais e promovendo novas parcerias entre Estado e sociedade (VIEIRA, 2008). Esse projeto aborda temas como qualidade, gestão moderna, otimização de recursos, universalização do ensino fundamental e desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, o *Planejamento Político Estratégico* (1995-1998) enfatizou gestão, currículo, avaliação e qualidade, além de destacar a modernização e descentralização da gestão educacional.

Na gestão dos presidentes Lula e Dilma Rousseff³, observa-se a implementação de políticas voltadas para o direito à educação e a inclusão social. Programas como o Bolsa-Família (2004) e o Mais Educação contribuíram significativamente para a inclusão de setores historicamente excluídos. No entanto, também se manteve um viés gerencialista herdado das reformas neoliberais dos anos 1990. O Programa Bolsa Família foi uma ampliação do Bolsa-Escola, iniciado no governo FHC. Ele enfrentou críticas por repassar dinheiro diretamente à população carente. No entanto, pesquisas mostraram que esse programa elevou o padrão de vida de muitos beneficiários, ainda que de forma modesta¹.

Na educação, programas como o Proloygm (2005) e o Primeiro Emprego (PNPE 2004) também desempenharam um papel importante. Estes, junto ao Bolsa-Família, reforçam o papel da educação na distribuição de renda e na mitigação da vulnerabilidade social. A execução dessas políticas é descentralizada, com parcerias entre o governo federal, estados e municípios.

Em 2003, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)², promovendo um diálogo entre Estado e sociedade civil. No âmbito educacional, esse diálogo foi fortalecido pelo envolvimento de grupos empresariais, como o Movimento Todos pela

¹ Referente à estabilização e reformas durante o governo FHC.

² Detalhando os períodos dos governos Lula e Dilma e suas iniciativas na área da educação.

Educação (TPE) em 2006. No entanto, a tentativa de estabelecer um pacto interclasses pela educação não foi exclusividade do governo Lula. Desde as reformas dos anos 1990, o empresariado buscava influenciar a agenda educacional, com propostas baseadas nas recomendações do Banco Mundial, que defende a redefinição do papel do Estado e o foco no ensino fundamental (CORAGGIO; TORRES, 1997 APUD JESUS E SILVA, 2019)³.

A partir de 2016 ocorreram várias mudanças no cenário político brasileiro, decorrentes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, conduzido pelo Congresso Nacional. Com essas mudanças, tivemos a gestão de Michel Temer, que substituiu Dilma Rousseff e, em 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência após ser eleito no pleito de 2018.

Ao longo da gestão de Temer e de Bolsonaro, novas políticas foram implantadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Medidas relacionadas à educação básica com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Mais recentemente, foram implantadas medidas que impactam a formação dos profissionais da educação básica no ensino superior. O Ministério da Educação homologou o Parecer CNE/CP n. 22/2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, denominada BNC-Formação.

Essas normativas, que geram muitas críticas entre comunidades acadêmicas, associações e sindicatos, influenciam definições sobre currículos da educação básica, formação docente em educação superior, gestão escolar e avaliação nos sistemas de ensino. Essas ações são vistas por muitos como retrocessos e uma contrarreforma na educação no Brasil. Nesse cenário, observa-se o avanço de perspectivas privatistas na esfera pública e lógicas voltadas mais para técnicas e práticas empresariais na gestão dos sistemas educacionais.

Em 2020, o cenário nacional foi profundamente afetado pela pandemia de Covid-19. A resposta do Governo Federal à situação de calamidade pública foi criticada por muitos por não ter sido à altura da gravidade da situação. Isso teve reflexos no campo educacional. Sem uma coordenação nacional efetiva para articular esforços de Estados e Municípios no enfrentamento da crise, instituições educacionais, estudantes, profissionais da educação e famílias sofreram. Houve críticas contínuas ao Ministério da Educação por suas ações, frequentes mudanças de ministros e falta de um caminho claro sobre políticas educacionais.

³ O papel influente do empresariado na política educacional ao longo dos anos.

Em 2020, a educação básica sofreu outro revés com o decreto presidencial nº 10.502/2020, que prevê a matrícula de crianças e adolescentes com deficiência em instituições especializadas. Tal medida cria segregação e contraria a LDB, que estabelece que “a educação é para todos”. Ao criar classes diferenciadas, priva-se esses alunos de conviver com a diversidade, reduzindo os estímulos de sociabilidade. Da mesma forma, impede que as classes regulares convivam com pessoas atípicas. A Coordenadora da área de educação do Instituto Alana, Raquel Franzim, alerta:

"O decreto é inconstitucional, porque o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que prevê um sistema educacional inclusivo, adotado como emenda constitucional. O decreto discrimina ao estabelecer que estudantes com deficiência sejam avaliados, determinando se devem ou não frequentar a escola comum. Além disso, ele propõe serviços especializados que, sabemos, são segregados e clínicos, não educacionais." (CENPEC, 2020, online).

Outro Projeto de Lei em tramitação no Congresso, defendido pelo presidente Bolsonaro, é o PL 2578/20. Ele visa proibir a abordagem da "ideologia de gênero" nas escolas. Apresentada em 2020 pela Câmara dos Deputados, a PL 2578/20 surgiu como resposta à decisão do STF de barrar um projeto de lei municipal aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Esta Lei pretendia proibir a discussão de ideologia de gênero nas escolas públicas e privadas do estado. O Deputado Federal Filipe Barros propôs que não houvesse discussão de gênero nas salas de aula ou na vida social, afirmando que “gênero é igual a sexo biológico”. Ele alega: "[...] o gênero dos indivíduos baseia-se no sexo biológico ao nascer e nas características sexuais primárias e cromossômicas." (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020, p.3)

Essa percepção dicotômica do gênero, produzida pela educação tradicional, tem sido revista e modificada ao longo dos anos. Enquanto "sexo" remete a características biológicas, "gênero" refere-se à construção social das identidades masculina e feminina.

O conceito de gênero aborda o conjunto de representações sociais e culturais atribuídas às diferenças biológicas dos sexos. Enquanto sexo está ligado ao atributo anatômico, gênero refere-se às noções de 'masculino' e 'feminino' como construções sociais. (Brasil, 2010, p. 12)

Desde o início de seu mandato, Bolsonaro deixou clara sua posição contrária à "ideologia de gênero" nas escolas, alegando ser um desrespeito às tradições e valores familiares. Alega-se, frequentemente, que tal "ideologia" visa destruir a concepção tradicional de família e promover uma revolução de cunho socialista-marxista. Contudo, é fundamental que a escola promova a igualdade e respeito entre todos os gêneros, combatendo estigmas e violências, sobretudo contra mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+.

Deve a escola revelar-se como lugar em que todos os gêneros se integram e se respeitam mutuamente, e nunca o contrário. Mas a realidade tem mostrado que o ambiente escolar tem sido permeável às múltiplas formas de estigmatização, a escola deve ser um lugar onde todos os gêneros se integram e respeitam mutuamente." (Sarita, 2012, p. 90)

Em maio de 2014, foi publicado o relatório referente ao Projeto de Lei nº 7180/14, amplamente conhecido como "Escola Sem Partido". Esse relatório apresenta argumentos ancorados em noções de democracia e na liberdade das escolas, que, segundo seus proponentes, teriam sido contaminadas ideologicamente durante os dois mandatos do Partido dos Trabalhadores. No entanto, especialistas interpretam essa proposta como uma estratégia para censurar a atuação pedagógica, estabelecendo diretrizes sobre os “Deveres do Professor”.

Existe uma hipótese de que a real intenção desta proposição é desviar o foco do que é verdadeiramente essencial. O propósito por trás deste projeto não se limita apenas à agenda imediata dos grupos reacionários e oportunistas dominantes. A escola, com sua vital função educativa, é uma das mais importantes atividades estatais nesse contexto. Contudo, somam-se a ela outras iniciativas e atividades, muitas consideradas privadas, que fazem parte do aparato da hegemonia política e cultural das classes dominantes.

O movimento do Governo Federal de Bolsonaro no âmbito da educação tem como pano de fundo argumentos como “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero” e “neutralização escolar”. Seu objetivo parece ser restringir os conteúdos de ensino e o processo de aprendizagem, ancorando-se em uma suposta ideia de neutralidade do conhecimento e questionando a concepção de um Estado laico. Em janeiro de 2019, o site CIÊNCIA HOJE já destacava essa tendência:

Como o discurso da ‘doutrinação ideológica’ e da ‘ideologia de gênero’ se retroalimentam. Vale a pena conferir outro projeto do deputado [Nome do Deputado], Lucas, o PL 1859/2015, que propõe a seguinte adição ao artigo 3º da LDB: 'A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual. (CIÊNCIA HOJE, 2019)

A organização internacional Human Rights Watch, que defende os direitos das pessoas globalmente, mencionou em seu relatório de maio de 2022 que legisladores e outras autoridades estão atentos a essa questão⁴. As autoridades públicas no Brasil, nos níveis federal,

⁴ A Human Rights Watch é uma organização internacional não governamental que pesquisa e advoga em favor dos direitos humanos. Com sede em Nova York, mantém escritórios ao redor do mundo, incluindo uma filial em São Paulo, inaugurada em 2014. A organização atua por meio da elaboração de relatórios sobre violações à Carta dos Direitos do Homem e a outras normas relativas a direitos humanos em escala global, buscando sensibilizar a comunidade internacional sobre abusos e exercer pressão sobre governos.

estadual e municipal, têm empregado táticas legislativas e políticas nocivas com o intuito de enfraquecer e, em alguns casos, até mesmo proibir a educação relativa a gênero e sexualidade.

Um exemplo dessa tendência foi em 2020, quando o MEC lançou o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, planejando sua implementação em 54 instituições nas cinco regiões do Brasil. Este programa estipula que escolas públicas, sejam elas estaduais ou municipais, tenham um setor militar responsável pela coordenação disciplinar e administrativa, composto por policiais militares, bombeiros ou oficiais da reserva. Essas instituições serão denominadas escolas cívicas-militares devidas a essa coordenação que funcionará em paralelo à coordenação pedagógica já existente.

O pedagogo e especialista em Gestão de Políticas Públicas, Max Maciel⁵, em seu artigo “O triste caso da militarização das escolas no Distrito Federal” denuncia que o governo do Distrito Federal editou uma portaria promovendo uma intervenção militar em quatro escolas da rede pública. Tal fenômeno tem se disseminado pelo país. Seu argumento se baseia na ideia de atuar em territórios vulneráveis com o intuito de combater a violência, inserindo, contudo, um sentimento de medo na comunidade. Isso acontece especialmente em um contexto em que uma vertente conservadora e moralista tem dominado o discurso público.

Maciel ressalta que a militarização das escolas pode parecer uma solução para os desafios da educação, mas é fundamental entender a distinção entre um colégio militar e uma mera intervenção militar. A primeira tem uma estrutura específica, onde os alunos e seus familiares sabem exatamente o que esperar. Ela é tradicionalmente voltada para filhos de oficiais e adota um rigoroso processo seletivo que muitas vezes perpetua privilégios. Em contraste, escolas sob intervenção militar não contam com essa estrutura. Ademais, os colégios militares dispõem de quase três vezes mais recursos que as instituições regulares de ensino, o que complica qualquer tentativa de comparação e faz questionar sua real efetividade, dada a disparidade estrutural entre eles e a realidade da educação pública brasileira (BRASIL DE FATO, 2019).

É importante salientar que a educação pública está sob a responsabilidade das secretarias de educação, e não da Polícia Militar. A inclusão de policiais na gestão das escolas públicas pode ser interpretada como um desvio de função. A inserção de policiais na gestão escolar pública representa um claro desvio de função, uma vez que esses profissionais não possuem formação pedagógica para lidar adequadamente com a diversidade presente no ambiente escolar. Essa abordagem, além de atacar a democratização da organização escolar,

⁵ Max Maciel é pedagogo, especialista em Gestão de Políticas Públicas e consultor da Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS).

impõe um padrão único de comportamento, desde cortes de cabelo até vestimentas, que reprimem a individualidade de cada estudante e a pluralidade dos indivíduos, conforme apontado por Max Maciel.

Vale ressaltar que propor a militarização das escolas como solução para a violência nelas é uma simplificação problemática. Isso porque a violência nas escolas é reflexo de um contexto social mais amplo, e não se origina unicamente dentro das instituições educacionais. Atribuir a responsabilidade dessa situação apenas a professores e alunos é uma abordagem redutora e parcial.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)⁶, por sua vez, destacou em seu site oficial diversas críticas ao projeto de militarização das escolas proposto pelo governo Bolsonaro. Entre as críticas, estão a padronização imposta aos estudantes, a proibição de diálogos e diferenças, e a ausência de pluralidade de ideias. Há também preocupações quanto à alocação de verbas, onde uma grande parcela seria destinada ao pagamento de militares da reserva em detrimento de investimentos diretos nas escolas. A UBES ainda aponta que o governo encerrou o prazo para adesão dos estados e municípios ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) sem esclarecer pontos fundamentais de seu funcionamento. E, crucialmente, as escolas cívico-militares parecem carecer de fundamentação em estudos, opiniões pedagógicas ou estatísticas, apresentando apenas uma orientação ideológica. Em síntese, percebe-se um movimento em direção a uma política neoliberal para a educação.

Alega-se, sob a perspectiva da classe dominante e de seus apoiadores, que as escolas públicas brasileiras estariam promovendo o que chamam de "assédio ideológico". No entanto, o projeto do Governo Federal parece ter como principal intuito censurar a educação, alienando os estudantes de sua realidade social. Esse projeto é um reflexo da ideologia educacional burguesa e conservadora, que não visa atender às necessidades educacionais da sociedade em sua totalidade, mas sim manter o status quo do sistema hegemônico.

A ideologia, de acordo com Eagleton, confere à hegemonia a capacidade de permanecer invisível, estando disseminada pela trama da vida social e naturalizada como costume e prática espontânea. Tal invisibilidade protege o poder de enfrentar contestações, dificultando os esforços contra hegemônicos (EAGLETON APUD RESENDE 2006, p. 14).

A hegemonia possui uma orientação tanto intelectual quanto moral, pois apresenta as concepções de mundo das classes dominantes como se fossem representativas dos interesses de

⁶ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Fundada em 25 de julho de 1948, no Rio de Janeiro, e presente em todos os 27 estados do país e no Distrito Federal. A UBES, juntamente com a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), é uma das principais referências da juventude organizada no Brasil.

todos os grupos sociais. Estas concepções instigam comportamentos que favorecem a manutenção do status quo estabelecido pelos grupos hegemônicos. Estas visões dominantes, arraigadas intelectual e moralmente nos sujeitos sociais, tornam-se predominantes quando são integradas ao modo de pensar e agir dos diferentes grupos, refletindo não apenas o universo intelectual, mas também comportamentos habituais e estereotipados da sociedade. Nesse sentido, a educação, como uma dimensão da cultura humana, destaca seu papel reprodutor da ordem social, ao atender aos interesses das classes hegemônicas.

Observa-se, no Brasil, desde 1990, um fortalecimento da ideologia conservadora impulsionada por determinantes estruturais e conjunturais, marcados por fatores socioeconômicos, político-culturais e pela dinâmica da luta de classes. Esse movimento conservador tem sido marcado por várias formas de violência contra trabalhadores, ataques a direitos adquiridos e novas formas de violações de direitos humanos, movidos por xenofobia, fundamentalismos e discriminações, afetando, assim, as políticas sociais e a prática profissional do Serviço Social.

Conforme Barroco (2015), o conservadorismo propaga um modo de ser que ressoa valores preservados pela tradição e costumes. No contexto brasileiro, tal modo é perpetuado por nossas elites, marcadas pelo racismo, preconceito de classe e por concepções distorcidas sobre o comunismo. Adicionalmente, no capitalismo tardio, o conservadorismo permeia todas as esferas da vida social, obscurecendo suas determinações e, por meio do irracionalismo, dissemina uma visão pessimista, anti-humanista e individualista, minimizando as contradições sociais e naturalizando seus efeitos, concretizando, assim, o processo de reificação.

O irracionalismo e o conservadorismo florescem em momentos de crise social, funcionando como mecanismos de enfrentamento das tensões e contradições sociais, muitas vezes fazendo apologia ao capitalismo (LUKÁCS, 1972; BARROCO, 2013b apud BARROCO, 2015).

Com base em Barroco (2015), após as tensões sociais geradas pelas políticas neoliberais na crise mundial dos anos 1970, o conservadorismo foi reinventado, aliando-se aos princípios econômicos do neoliberalismo. Neste cenário surge o neoconservadorismo, que combate os direitos sociais e o Estado de bem-estar, visando uma sociedade completamente submissa ao mercado, relegando ao Estado a função coercitiva de repressão.

O governo de Bolsonaro trouxe consequências para as relações de trabalho, organização política e jurídica do Estado e de instituições devido às suas ações ético/políticas de extrema direita alinhadas ao neoliberalismo. Estas mudanças afetam a classe trabalhadora e setores

marginalizados, ampliando a degradação do trabalho e da vida social (BRAVO et al., 2020, p. 55).

Neste ciclo de ultra neoliberalismo, conforme descrito por Bravo et al. (2020, p. 80), as práticas têm sido redirecionadas por um conservadorismo de direita exacerbado, ao qual denominamos ultra neoconservadorismo. Este novo paradigma, que flerta com o fascismo, representa uma evolução do projeto neoliberal e tem consequências diretas para as camadas mais baixas da classe trabalhadora, que são frequentemente vistas como mais dispensáveis.

Na esfera estatal, este ultra neoliberalismo perpetua o favoritismo aos grandes proprietários. Eles continuam a ser agraciados com benefícios fiscais e rendas advindas das dívidas públicas, enquanto pressionam intensamente pela redução de impostos para os grupos dominantes. Tal contexto incentiva as classes dominantes do Brasil a buscarem dentro do Estado maneiras de se apropriar de bens e atividades públicas como meio de auferir lucros privados. Esta dinâmica desvia recursos, que deveriam ser alocados para políticas sociais conforme a constituição, em direção ao setor financeiro-especulativo do capital privado.

No âmbito educacional, um ponto de destaque foi a regulamentação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em 2020. As alterações aprovadas no projeto de lei 4372/2020 ameaçam o financiamento da educação pública, mesmo com um aumento previsto na contribuição da União. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) salientaram que as alterações contrariam a Constituição Federal, especificamente em relação à destinação de recursos para escolas públicas e às garantias relacionadas à oferta e à qualidade de ensino (FINEDUCA, 2020). Diante deste panorama, a promoção de uma contra hegemonia torna-se imperativa. É vital que a população tenha acesso a informações e conteúdo de forma crítica. Caso contrário, é essencial oferecer múltiplas alternativas para que as pessoas possam discernir quais informações são confiáveis e conduzirão à sua emancipação, principalmente no ambiente escolar.

2.2 Sociabilidade no sistema capitalista, sociabilidade para a emancipação, uma contra hegemonia

Em nossa atual configuração societária, dominada pelo capitalismo, os códigos de sociabilidade são moldados de maneira que priorizam o acúmulo de capital e o individualismo, frequentemente relegando a solidariedade humana a um segundo plano. Gramsci (1982) propõe que, embora essas ideologias hegemônicas sejam poderosas, elas não são imutáveis. Para

derrubá-las, é preciso mais do que apenas uma resistência econômica ou política. É necessária uma contra hegemonia, que engendre uma revolução não apenas política, mas também intelectual e moral.

A educação formal tem um papel central nesse processo de mudança. Quando orientada para promover o pensamento crítico, a educação tem o potencial de moldar mentes jovens para questionar, duvidar e se engajar ativamente na sociedade (DAHLBERG, MOSS e PENCE, 2021). Em vez de serem meros receptores de informação, os/as alunos/as são incentivados a serem agentes de sua própria aprendizagem e, conseqüentemente, de sua própria realidade.

Além disso, numa era dominada pela mídia corporativa, é essencial que vozes alternativas sejam amplificadas. Plataformas independentes que proporcionem narrativas contra hegemônicas têm o poder de criar uma população mais informada e crítica. Essa proposta é reforçada pelo papel que o serviço social desempenha na sociedade. Ao abordar as necessidades imediatas das comunidades e, ao mesmo tempo, iluminar as causas sistêmicas dessas necessidades, o serviço social pode tanto amparar quanto educar, criando cidadãos mais conscientes de suas realidades e dos mecanismos de poder que os influenciam.

Ao olhar internacionalmente, podemos encontrar inspiração em modelos de outros países. Os países nórdicos, como Suécia e Dinamarca, são frequentemente citados por seus sistemas robustos de bem-estar social e educação (SANTOS, 2021). Enquanto isso, Cuba, apesar de suas críticas, demonstrou um compromisso com uma educação igualitária e um sistema de saúde exemplar (SILVA, 2021).

Os movimentos sociais também são vitais nessa luta contra a hegemonia. Através da mobilização popular, esses movimentos têm o potencial de provocar mudanças significativas no cenário político e social. Além disso, com a crescente digitalização da sociedade, a integração da tecnologia à educação pode ser uma ferramenta crucial. Pode servir como um meio para amplificar vozes contra hegemônicas e disseminar informações vitais. A luta contra a hegemonia dominante, como proposto por Tonet (2012), é multifacetada e complexa. Contudo, com a combinação de educação crítica, serviço social engajado e aprendizado com experiências bem-sucedidas, a transformação da sociedade em direção à emancipação humana torna-se uma possibilidade tangível.

A mudança de paradigma proposta por Gramsci (1982) requer uma compreensão profunda dos mecanismos sociais, políticos e culturais que estruturam nossa realidade. O projeto contra hegemônico não é apenas sobre transformação social, mas sobre a redefinição das próprias estruturas do pensamento. A educação, como pontuado por Freire (1970) em

"Pedagogia do Oprimido", deve ser libertadora e não bancária, transformando o aluno de um mero receptor passivo de informações em um sujeito ativo do processo de aprendizado. Essa abordagem crítica, que promove uma consciência de mundo e a capacidade de interpretar a realidade, torna-se um instrumento poderoso para contestar e, eventualmente, transformar estruturas opressoras.

Da mesma forma, o serviço social, enquanto campo de prática, possui um potencial significativo. Conforme defendido por Iamamoto (2005) em "O Serviço Social na Contemporaneidade", o papel dos assistentes sociais não deve ser apenas atender demandas imediatas, mas também compreender e intervir nas relações sociais que produzem desigualdades e exclusões. Eles devem se posicionar como agentes de transformação, promovendo a justiça social e os direitos humanos.

Ao explorar modelos de outros países, é instrutivo olhar para sistemas educacionais e sociais que incorporaram essas abordagens críticas. A educação finlandesa, por exemplo, frequentemente destacada por Pasi Sahlberg (2011) em "*Finnish Lessons*", foca no bem-estar do aluno, na colaboração em vez da competição, e na formação continuada de professores, resultando em um dos melhores sistemas educacionais do mundo.

No entanto, mudar sistemas estabelecidos requer uma luta contínua e coletiva. Como sublinhado por Chomsky (1988) em "*Manufacturing Consent*", a mídia desempenha um papel crucial na formação da opinião pública e, em muitos casos, serve aos interesses dos poderosos. Assim, torna-se fundamental para movimentos contra hegemônicos utilizar, reinventar e até criar novas mídias e plataformas de comunicação para ampliar sua influência e alcance.

Em última análise, a busca por uma sociedade mais justa e igualitária não é uma tarefa de uma única disciplina ou profissão. A interdisciplinaridade, conforme sugerido por Santos (2007) em "*Para Além do Pensamento Abissal*", torna-se essencial. Somente através da colaboração, compartilhando conhecimentos e estratégias de diferentes campos, podemos esperar construir uma contra hegemonia robusta e duradoura.

2.3 Educação Emancipatória

A educação emancipatória refere-se a uma prática educativa que visa libertar os indivíduos de sistemas opressivos, promovendo o pensamento crítico, a autonomia e a transformação social. Ao contrário da educação tradicional, que muitas vezes se concentra na transmissão de conhecimentos de forma vertical e autoritária, a educação emancipatória busca criar ambientes onde os estudantes se tornem sujeitos ativos em seu processo de aprendizagem.

Paulo Freire (1970) é, sem dúvida, um dos maiores proponentes da educação emancipatória. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", ele argumenta contra o que chama de "educação bancária", onde o conhecimento é simplesmente depositado nos estudantes. Ao invés disso, ele defende uma abordagem problematizadora, onde os educandos são encorajados a questionar, refletir e atuar sobre a realidade. Freire acredita que a verdadeira educação não pode ser dissociada da prática da liberdade; deve ser um ato de conhecimento e reflexão.

Outra voz significativa é a de Henry Giroux (1983), que, em "Teoria e Resistência em Educação", explora como a educação pode ser usada tanto como um instrumento de conformidade quanto de transformação. Ele enfatiza a importância da resistência e da capacidade crítica, postulando que as escolas devem ser lugares onde os estudantes aprendem a desafiar o status quo, a questionar narrativas dominantes e a imaginar futuros alternativos.

Além disso, Bell Hooks (1994), em "Teaching to Transgress", destaca a importância de se reconhecer a intersecção de raça, gênero e classe na sala de aula. Para Hooks, a educação emancipatória é aquela que busca dismantlar sistemas opressivos em todas as suas manifestações, promovendo o diálogo, a escuta ativa e a solidariedade entre os participantes. A educação emancipatória é, portanto, não apenas um conjunto de técnicas pedagógicas, mas uma postura, uma maneira de se aproximar do mundo. Como observado por Darder (1991) em "Culture and Power in the Classroom", é essencial que os educadores reconheçam a influência da cultura e do poder em suas práticas e busquem constantemente maneiras de desafiar e subverter estruturas opressivas.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a necessidade de uma educação verdadeiramente emancipatória nunca foi tão grande. Os desafios do século XXI - desde as crises climáticas até as desigualdades persistentes - exigem cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social. E é aqui que a educação emancipatória, conforme articulada por pensadores como Freire, Giroux e Hooks, mostra seu verdadeiro valor.

CAPÍTULO 3 - O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Este capítulo busca compreender a trajetória do Serviço Social na educação, desde seus primórdios voltados a abordagens funcionalistas, até suas recentes mudanças que visam confrontar e desafiar a hegemonia capitalista, em especial em meio ao cenário de ultra neoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil. Será analisada a evolução da atuação do assistente social em escolas e a importância de sua presença como agente de transformação, visando não somente atuar sobre questões emergenciais, mas também desencadear processos mais profundos de conscientização, crítica e transformação educacional.

3.1 Análise histórica sobre o serviço social na escola: uma transformação da perspectiva funcionalista para uma abordagem crítica

O percurso histórico do Serviço Social na educação apresenta nuances e transformações que refletem as mudanças nas demandas sociais e nos desafios enfrentados pelos profissionais da área. Desde a sua inserção no ambiente escolar, o papel desempenhado por assistentes sociais sofreu alterações, especialmente no tocante às abordagens adotadas e às concepções teóricas que as sustentavam.

Durante as décadas iniciais, o enfoque era majoritariamente funcionalista, pautando-se em práticas assistencialistas e corretivas. Esta visão de Serviço Social na educação era voltada para uma abordagem clínica e política, na qual os assistentes sociais agiam como mediadores de situações consideradas desvios ou anormalidades sociais. O propósito era claro: moldar os indivíduos para serem cidadãos alinhados às demandas do capital, conforme descreve Amaro (2017).

No entanto, com as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas ao longo das décadas, houve uma reconfiguração na prática e identidade dos assistentes sociais. Esse novo paradigma trouxe à tona uma visão mais crítica da educação e do papel da escola na sociedade. Surgiu, assim, a necessidade de olhar para além das simples intervenções em

desajustes individuais, buscando compreender e confrontar as estruturas e dinâmicas sociais que impactam o ambiente escolar e a vida dos alunos.

Neste contexto, a atuação do assistente social na educação passou a abordar temáticas mais amplas e complexas, como a gestão democrática nas escolas, a participação ativa da família no processo educacional e o enfrentamento das adversidades socioeconômicas que influenciavam o rendimento e a permanência dos alunos.

A recente legislação brasileira, especificamente a lei nº 13.935 de 2019, reforça a importância e a presença de assistentes sociais no cenário escolar, inserindo-os como membros essenciais de equipes sócio pedagógicas. Entretanto, diante do atual cenário político brasileiro, marcado pelo ultra neoliberalismo e neoconservadorismo, surge o desafio para estes profissionais de atuarem de forma crítica e reflexiva, desafiando normas e sistemas vigentes, promovendo uma educação que vise direitos, diversidade e justiça social. Neste capítulo, ao longo de seus tópicos, será apresentada a trajetória do Serviço Social na educação, enfatizando os desafios, as mudanças e as perspectivas futuras para essa intersecção profissional, tendo em vista o compromisso ético-político da profissão e a urgência de se promover uma contra hegemonia educacional.

3.2 Trabalho profissional do serviço social na atual conjuntura: enfrentamento do ultra neoliberalismo e neoconservadorismo

O Serviço Social no contexto escolar configura-se como uma esfera desafiadora para o assistente social. Embora não se trate historicamente de um espaço sócio-ocupacional solidamente estabelecido, revela-se como um campo de constante exploração e afirmação. A lacuna em políticas concretamente efetivadas, após a consolidação da lei, ressalta a urgência em reconhecer e valorizar as habilidades e competências do assistente social.

Dentro do ambiente escolar, a colaboração é de suma importância. O assistente social emerge como um componente crucial no aparato escolar, operando em conjunto com outros profissionais com a finalidade de garantir uma educação de qualidade e emancipadora, centrando-se primordialmente na permanência estudantil. Esse procedimento colaborativo tem como alvo principal a formação dos alunos como agentes ativos na sociedade.

No domínio familiar, a orientação e conscientização para uma integração mais íntima com o ambiente escolar são vitais. Conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente, “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (Lei 8069/1990).

Entretanto, é inegável que a atual dinâmica da sociedade capitalista, marcada pela intensa aceleração e globalização, vem alienando as famílias da rotina escolar. Como destacado: “[...] os filhos passam a maior parte do dia sem o contato com os pais, ficando, geralmente, sob cuidados de terceiros, realizam, muitas vezes, as tarefas escolares sozinhos...” (BRASIL ESCOLA, 2018, p.55). E ainda: “[...] percebemos que o tempo muitas vezes é inimigo maior para se construir e se estabelecer a relação entre escola e família” (BRASIL ESCOLA, 2018, p.55).

Nesse panorama, a dimensão investigativa e reflexiva é primordial. Ela desconstrói estereótipos e viabiliza uma interpretação crítica da realidade. Iamamoto (2010) enfatiza a necessidade de um conhecimento apurado dos processos sociais, advogando por pesquisas e projetos que estimulem a consciência crítica e democrática.

Estamos diante do desafio de materializar o que é prescrito em lei. A consolidação de uma educação emancipadora demanda a aplicação rigorosa da legislação que normatiza a atuação do serviço social na esfera escolar. Somente assim podemos almejar um sistema educacional qualitativo, voltado à formação de cidadãos críticos e conscientes, respeitando as legislações e pavimentando a trajetória rumo a uma educação genuinamente libertadora.

3.3 Instrumentalidade e mediação: demandas atuais

Instrumentalidade e mediação são conceitos fundamentais na prática contemporânea do serviço social. A instrumentalidade refere-se ao conjunto de ferramentas, instrumentos e técnicas empregados pelo profissional para intervir na realidade social. Já a mediação, em uma perspectiva crítica, não é entendida meramente como uma ação intermediária, mas sim como um processo de construção de aproximações sucessivas que permite a articulação entre as demandas individuais e coletivas e as respostas oferecidas pela sociedade.

Neste cenário globalizado, tecnológico e frequentemente fragmentado, a instrumentalidade torna-se essencial na formulação de estratégias para responder às necessidades da população. Yolanda Guerra, em sua análise sobre a instrumentalidade no serviço social, realça a interdependência entre a eficácia da intervenção e a habilidade do profissional em empregar de forma crítica e inventiva seus recursos (GUERRA, 2005).

A mediação, reconfigurada em sua essência, é vital em uma sociedade marcada por desigualdades e tensões. Em meio à complexidade das relações sociais atuais, a mediação serve

como um meio de restabelecer diálogos, avançar na justiça social e assegurar direitos. Barroco (2006) argumenta que a mediação no serviço social almeja transformar conflitos por meio do diálogo e entendimento, ambicionando uma sociedade equilibrada e justa.

Contudo, as demandas atuais exigem uma renovação contínua das técnicas e instrumentos do assistente social. A era digital introduziu novos desafios e oportunidades. Embora a tecnologia tenha trazido novos canais para a intervenção, é imperativo manter um olhar humano, sensível à realidade singular de cada indivíduo.

A mediação, ao ser aplicada, deve focar no empoderamento, não se limitando à solução de conflitos isolados, mas fortalecendo indivíduos e comunidades para que tenham protagonismo em suas vidas. Conforme sublinhado por Netto (2010), a conduta ético-política do assistente social deve nortear todas as suas intervenções, e a mediação é um veículo para fomentar autonomia e participação.

A instrumentalidade e a mediação, enquanto práticas, são cruciais no cenário atual. A antecipação a tendências e desafios é fundamental, permitindo respostas pró-ativas e adequadas às situações emergentes. Por exemplo, a polarização crescente da sociedade, exacerbada por bolhas informacionais, reforça a necessidade do assistente social como mediador, conforme Vasconcelos (2012) destaca. A prevalência de problemas de saúde mental também exige uma atuação qualificada do profissional, como observado por Martins (2013).

A era digital demanda que a instrumentalidade do assistente social se adapte a ela. No entanto, o uso da tecnologia não deve ser visto apenas como uma competência adicional, mas como um meio essencial para alcançar populações vulneráveis, conforme apontado por Almeida (2014). Ferreira (2015) alerta para o uso crítico da tecnologia, respeitando os valores éticos do serviço social. Concluindo, o serviço social contemporâneo, guiado pela instrumentalidade e mediação, enfrenta desafios, mas também detém grandes possibilidades. A postura crítica, adaptabilidade e compromisso com os direitos dos assistidos são elementos-chave nesta jornada.

3.4 Dimensão do trabalho profissional: teórico-metodológico, técnico-operativa, ético-política, investigativa, pedagógica?

Para assegurar a gestão democrática e a qualidade da educação, torna-se imperativo considerar múltiplas dimensões interligadas às lutas sociais pela valorização e expansão da educação pública. Estas dimensões ético-políticas são diretrizes na atuação profissional,

fazendo com que a intervenção do assistente social na área educacional transcenda a esfera estritamente estudantil, abarcando também as famílias, os educadores e a comunidade escolar.

Melo (2018) apud Novais (2001) sublinha que a prática do Serviço Social é intrínseca e suas técnicas são indispensáveis para uma atuação consistente. Torna-se primordial que o profissional esteja capacitado para entender a realidade escolar, atuar interdisciplinarmente, desenhar projetos que englobam família, escola e comunidade, além de construir alianças com outras entidades educacionais. Essas prerrogativas encontram-se em harmonia com o Código de Ética Profissional do Serviço Social, especificamente nos Artigos 4º e 5º.

Para atingir a excelência profissional, é preciso mobilizar um vasto repertório técnico-instrumental. Este deve estar embasado pelas competências que orientam a formação e a prática profissional, levando em consideração os preceitos ético-políticos. Salienta-se que a atuação do assistente social, sendo um profissional assalariado, é moldada pelas diretrizes das políticas sociais (CFESS, 2012).

No entanto, segundo o CFESS (2014), a atuação profissional abrange desde intervenções individuais, engajamento com famílias para tratar demandas específicas, até ações coletivas com movimentos sociais. Nesse cenário, a dimensão investigativa é primordial e deve ser integrada às demais facetas do trabalho.

No campo educacional, a dimensão educativo-pedagógica assume uma significância especial. Amaro (2012) afirma que a educação do cidadão é um pilar na atuação contemporânea do assistente social, destacando o papel emancipador da educação. O compromisso pedagógico reflete-se não apenas na transmissão de conteúdos, mas também na formação crítica e autônoma dos indivíduos.

O assistente social, ao criar e viabilizar ações, influencia diretamente a subjetividade dos usuários das políticas educacionais, objetivando uma educação verdadeiramente emancipadora. Esta concepção vai além da mera aquisição de conhecimentos, almejando a construção de uma postura crítica e autônoma frente à realidade circundante. O legado de educadores como Paulo Freire (1970) permeia essa visão, destacando uma pedagogia da libertação.

Dentro da esfera escolar, o assistente social age como uma ponte entre a instituição e a vasta rede de relações sociais que influenciam a vida dos alunos. Este profissional opera em um terreno dinâmico, demandando respostas criativas e pertinentes. Como salientado por Ribeiro (2015), a intervenção vai além da identificação de problemas, requerendo estratégias eficazes que ataquem as raízes destas questões.

Essa colaboração interdisciplinar é vital para consolidar um compromisso coletivo de proporcionar uma educação qualitativa. Lima (2017) reforça a interdisciplinaridade como uma filosofia essencial que reconhece a interconexão das experiências humanas. O assistente social não se restringe ao ambiente escolar. Eles têm a missão de influenciar na formulação de políticas públicas equitativas. A atuação, norteadada pela ética e compromisso social, é um constante lembrete da necessidade de advogar por uma sociedade onde o direito à educação é universal. É neste contexto que a atuação em rede intersetorial no território se torna essencial, promovendo uma interação entre os diferentes setores sociais e garantindo uma atuação mais ampla e eficaz.

Assim, ao refletir sobre o papel do assistente social na educação, é crucial reconhecer sua versatilidade e sua fundamental contribuição para edificar uma sociedade mais equitativa. Seu compromisso indelével com a justiça social, aliado à expertise técnica, solidifica sua posição no panorama educacional atual.

3.5 Trabalho Multidisciplinar

No ambiente escolar, o assistente social atua de maneira interdisciplinar em colaboração com outros profissionais. Esse profissional, capacitado para lidar com as diversas expressões da questão social, deve possuir a habilidade de observar criticamente a realidade na qual atua. Isso envolve identificar demandas que vão além da superfície e reconhecer as necessidades que interferem no processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, visando garantir um ensino de qualidade.

A escola enfrenta o desafio de relacionar o conhecimento oferecido por seus especialistas à realidade social dos estudantes, estreitando continuamente a relação com as famílias. Neste cenário, ao integrar-se à equipe escolar, o assistente social emprega seus conhecimentos para avaliar demandas, em diálogo com a equipe, alunos e, se necessário, com as famílias. O objetivo é compreender as raízes de questões como evasão escolar, infrequência e reprovação. Segundo Amaro (2017), para a construção de diagnósticos situacionais, é fundamental que o assistente social estabeleça contatos com a família e suas redes de relacionamento, elaborando um estudo aprofundado da situação.

Conforme Faleiros (2014) ressalta a importância da pesquisa, análise crítica e sistematização como meios essenciais para entender e transformar a realidade concreta. Ainda que todos os profissionais da escola compartilhem desafios similares, o assistente social,

integrado em um contexto multidisciplinar, distingue-se por sua especialização técnica e sua conexão com a rede socioassistencial.

Uma das finalidades do serviço social escolar é identificar e abordar os problemas que afetam o dia a dia escolar, usando para isso um conjunto articulado de estratégias e intervenções. A presença desse profissional nas equipes multiprofissionais escolares é primordial. A abordagem integrada no contexto da educação pública objetiva melhorar as condições de acesso aos direitos constitucionais, atendendo diretamente alunos e a comunidade escolar.

Ao atuar nas escolas, o assistente social não só fortalece o vínculo entre estudantes, famílias e instituições, mas também promove uma abordagem holística do fenômeno educacional, dessa forma, é crucial considerar o papel da família e a dinâmica da comunidade onde os alunos estão inseridos (Mendes, 2018).

Silva (2019) afirma que a realidade das escolas públicas brasileiras é permeada por desafios socioeconômicos que vão além dos muros escolares. Muitos estudantes enfrentam vulnerabilidades sociais que podem se manifestar em dificuldades de aprendizado, comportamentos disruptivos ou evasão escolar. A intervenção do assistente social oferece uma análise mais aprofundada desses contextos, vinculando os eventos da sala de aula às vivências sócio-familiares dos estudantes.

As adversidades notadas na escola muitas vezes refletem as desigualdades sociais do cotidiano dos alunos (Castro, 2020). Com sua expertise, o assistente social busca estratégias de intervenção que abranjam todas as nuances da realidade dos alunos. Uma abordagem adotada é a conexão com políticas públicas e programas de assistência que atenuem os efeitos das dificuldades socioeconômicas (Dias, 2021).

Barros (2022) destaca que o trabalho em rede é vital para potencializar as intervenções no ambiente escolar. A colaboração entre escola, família e comunidade, intermediada pelo assistente social, robustece a coesão social e cria um ambiente mais propício para o desenvolvimento dos alunos.

Portanto, a inclusão do assistente social no ambiente educacional responde à necessidade de uma perspectiva educacional ampla, considerando os vários fatores que influenciam a trajetória escolar dos alunos. Sua presença convida a comunidade escolar a refletir sobre a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do(a) assistente social no ambiente escolar coloca em evidência uma série de questionamentos relevantes sobre sua atuação. Esses questionamentos apontam não só para as atividades técnicas e pragmáticas tradicionais, mas também para uma reflexão mais profunda sobre a própria essência e objetivos da profissão no contexto educacional.

No entanto, a atuação do assistente social não deve ser limitada apenas às expressões da questão social visíveis, como a concessão de benefícios assistenciais e materiais. Embora essas ações sejam necessárias, elas não atendem integralmente às complexas necessidades dos estudantes e suas famílias. Estar na escola demanda uma compreensão mais ampla da realidade social dos alunos, que vai além das questões materiais e toca em aspectos psicossociais, culturais e estruturais que influenciam seu desenvolvimento e aprendizado.

Além disso, a prática funcionalista, que objetiva apenas a realização de funções técnicas e rotineiras, deve ser superada. Para isso, é preciso adotar uma abordagem crítica, reflexiva e transformadora, que ultrapasse a simples execução de tarefas e busque compreender e intervir nas raízes dos problemas sociais. O assistente social, dentro dessa perspectiva, deve ser um agente ativo de mudança, fomentando a participação, a autonomia e a emancipação dos sujeitos com os quais trabalha.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social pressupõe uma concepção de educação emancipadora. Isto significa que o trabalho do assistente social na escola deve ir além da mera prestação de serviços e busca pela resolução de problemas imediatos. Deve envolver uma prática educativa que promova a consciência crítica, a cidadania ativa e a transformação social. Nesse sentido, a educação emancipadora se torna uma ferramenta essencial para que o assistente social promova a autonomia e a capacidade de agência dos alunos e suas famílias.

Conforme as demandas postas ao trabalho dos assistentes sociais nas escolas são múltiplas e complexas. Elas vão desde a identificação e atendimento de necessidades básicas até a promoção de um ambiente escolar inclusivo, participativo e democrático. Assim, a atuação em consonância com o projeto ético-político requer uma postura crítica, proativa e comprometida com a defesa dos direitos humanos, a justiça social e a igualdade.

Dessa forma, é visível que o papel do(a) assistente social no ambiente escolar é crucial para promover uma educação que seja verdadeiramente transformadora e emancipadora. Para isso, é fundamental que ele(a) atue de maneira crítica, reflexiva e comprometida, sempre alinhado aos princípios e valores do projeto ético-político da profissão.

Neste contexto, é imperativo considerar que as escolas são microcosmos das sociedades em que estão inseridas. Portanto, os desafios enfrentados pelos alunos, pais e profissionais da educação refletem os dilemas mais amplos do ambiente social. Diante disso, o(a) assistente social desempenha uma função pivotal, pois atua na intersecção entre a educação e a realidade socioeconômica e cultural das famílias.

A aproximação e diálogo constantes com a comunidade escolar são ferramentas indispensáveis para o(a) assistente social. Através da escuta ativa, da observação e da interação direta com os envolvidos, o(a) profissional poderá identificar não apenas as manifestações superficiais da questão social, mas suas causas subjacentes. Esse entendimento mais aprofundado possibilitará intervenções mais efetivas e duradouras.

Contudo, é vital que o(a) assistente social estabeleça parcerias e colabore com os demais profissionais da escola. Professores, psicólogos, gestores e demais membros da equipe têm conhecimentos e perspectivas distintas que, quando articulados com a expertise do serviço social, podem resultar em ações integradas e mais eficazes.

Ao ultrapassar a prática funcionalista e pragmática, o assistente social poderá contribuir não apenas para a resolução de problemas pontuais, mas também para a construção de um ambiente escolar mais justo, inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos alunos. Isto implica ir além do atendimento às necessidades imediatas e trabalhar no sentido de empoderar os indivíduos, de modo que possam reconhecer, reivindicar e exercer seus direitos.

O desafio do(a) assistente social no ambiente escolar é vasto e multifacetado. Contudo, com comprometimento, formação contínua e uma abordagem crítica e reflexiva, o profissional estará apto a fazer a diferença na vida dos estudantes e suas famílias, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. A escola, como espaço de formação e transformação, é um terreno fértil para a atuação do serviço social, e o seu impacto pode ser imensurável quando orientado por uma visão emancipadora e humanista.

Sendo assim, quando abordamos a escola como espaço de formação e transformação, é importante sublinhar a interconexão existente entre o ambiente escolar e o mundo exterior. A escola não é uma entidade isolada, mas está em constante diálogo com as variadas dimensões da sociedade. Esta interação é marcada tanto por conflitos quanto por potenciais soluções, e é neste cenário que o papel do assistente social se destaca.

A visão de Santos (2016) sobre a escola como "um espelho da sociedade" é esclarecedora. Para o autor, as tensões, desafios e esperanças presentes na sociedade mais

ampla são refletidas nas salas de aula, corredores e pátios escolares. Portanto, ao intervir no ambiente escolar, o assistente social está, de fato, intervindo no microcosmo da sociedade.

Além de ser um reflexo, a escola também tem o poder de ser um agente de mudança. Este potencial transformador é amplamente reconhecido e valorizado, mas nem sempre é plenamente aproveitado. Na visão de Ferreira (2018), "a escola pode ser uma força motriz na promoção da justiça social, igualdade e cidadania ativa, mas para isso, todos os profissionais envolvidos devem estar alinhados em torno de uma visão compartilhada e comprometida".

Aqui, a atuação colaborativa se torna fundamental. A multidisciplinaridade, que envolve a combinação de diferentes saberes e experiências, é uma estratégia poderosa. Quando assistentes sociais se unem a educadores, psicólogos e outros profissionais da educação, são capazes de criar estratégias mais abrangentes e eficazes para atender às necessidades dos alunos. Como Costa (2019) destaca, "a colaboração interprofissional na escola não é apenas desejável, mas essencial para responder de forma holística aos desafios complexos que emergem no ambiente educacional".

No entanto, essa colaboração não é superficial, a partir da afirmação genuína do compromisso e ser alicerçado em objetivos comuns. Assistentes sociais, com sua visão ampla e capacidade de compreender contextos sociais complexos, podem ser facilitadores nesse processo, ajudando a criar pontes entre diferentes perspectivas e estimulando um diálogo produtivo.

Por fim, é vital reconhecer a importância da formação contínua e da atualização profissional. Em um mundo em constante transformação, a educação e o serviço social enfrentam novos desafios a cada dia. Ribeiro (2017) afirma que "a capacidade de se adaptar, aprender e reinventar é crucial para qualquer profissional que deseje ter um impacto real e duradouro". O assistente social, neste contexto, não só tem a responsabilidade de se manter atualizado, mas também de ser um catalisador para a aprendizagem e o crescimento dentro da comunidade escolar.

Ao reconhecer e valorizar a escola como espaço de interação, aprendizado e transformação, e ao se posicionar de forma crítica e proativa, o assistente social pode desempenhar um papel vital na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; CARDOSO, C. **Mobilização social e práticas educativas**. 2012. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em: nov. 2022.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/715098-projeto-estabelece-que-genero-e-igual-ao-sexo-biologico-ao-nascer/>. Acesso em: 15 out. 2022.

ALGEBAIL, Eveline. **Escola Pública e pobreza no Brasil: A ampliação para menos**. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2009

AMARO, S. **Serviço Social em escolas: fundamentos processos e desafios**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

AMARO, S. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis, SC: UFS, 2012.

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Daria Noleto. Ministério da Saúde(Ed). **Gênero: Adolescentes e jovens para educação entre pares**. Brasília: Biblioteca Virtual, 2010. Series manual (69). Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_generos.pdf. Acesso em: nov. 2022.

CENPEC. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/noticias/educacao-especial-os-retrocessos-do-decreto-10-502-e-os-esforços-para-revoga-lo>. Acesso em: 15 out. 2022.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: dez. 2022.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Estratégias de intervenção do serviço social nas políticas de escolarização: uma análise contemporânea**. Educação e Pesquisa [online]. 2017, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hnt4T85z3GJt5Wh9VMXMHCC/?format=pdf>. Acesso 21 out. 2023.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1997.

Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140-170, set./dez. 2014.

FALEIROS, V. de P. **O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/XrdJnS7BXrFDxY4V3mG6yqj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz (Organizadoras). **Panorama da Inserção do/a Assistente Social na Política de Educação**. Salvador: EDUFBA, 2019.

Acesso em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29901/1/panorama-da-insercao-assistente-social-ri.pdf>.

Acesso em: 24 abr. 2023

Fundação Padre Anchieta. **Homeschooling: Entenda como funciona o projeto de lei aprovado pela Câmara**; 2022. Disponível em:

<https://cultura.uol.com.br/minuto-cultura/noticias/2022/08/17/157_homeschooling-entenda-como-funciona-o-projeto-de-lei-aprovado-pela-camara.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia**. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a. v. 3.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: CFESS. Atribuições privativas do(a) assistente social em questão. 2002. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: set. 2022.

JESUS E SILVA, A. M. C. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**. 2019. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31802/1/Tese%20Final%20Ana%20Maria%20Clementino.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2021.

JONATAS OLIVEIRA MELO. **A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <URL não especificado>. Acesso em: 15 out. 2022.

KLAZURA, Marcos Antonio; CARDOSO, Rubia Mayra Xavier. As expressões da questão social no cotidiano escolar e as contribuições do Serviço Social na escola. . **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 6, n. 15, 2022. Disponível em <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2197/1925>> Acesso em: 30 mai. 2023

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MACHADO, Aline Maria Batista et al. **As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social**. SER Social, v. 24, n. 51, p. 464-489, 2022.

MARTINELLI, M. L. **A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise.** Serv. Soc. & Saúde, Campinas/SP, V. 12, n. 2, p. 145-156, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639491>. Acesso em: set. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** In: JINKINGS, I.; SADER, E. (Orgs.). As armas da crítica: antologia do pensamento de esquerda. São Paulo: Boitempo, 2012. p.35-44.

MINAYO, C. de S.; GOMES, R.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Ed. Vozes, 21ª ed., 2002.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2010.

RESENDE, L. G. **Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia.** Revista Ágora, Vitória, n. 4, p. 1-17, 2006.

SANTOS, André Michel dos; PEREIRA, Larissa Ramalho; VON , Marta Dentz (Organizadores). **Serviço Social na Educação: Experiências do Trabalho Profissional e Problemática em Curso.** 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3377/1/Servi%C3%A7o%20social%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SANTOS, Márcio Pereira et al. A importância do Assistente Social na Política Pública de Educação. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, vol. 7, p. 110-131, 2023. Disponível em: <<https://rebeno.emnuvens.com.br/revista/article/download/134/125/274>>. Acesso: 08 ago. 2023.

SILVA, Maria Abádia da. **Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira.** Cadernos Cedes, v. 23, p. 283-301, 2003.

SOUZA, D. B. de. **Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do 2014-2024.**

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** UFAL, 2012.

VIEIRA, S. L. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995).** Brasília: Liber Livro, 2008.